

ANNAES DAS SCIENCIAS, DAS ARTES E DAS LETRAS

(PARIS, 1818 - 1822)

2.^a PARTE

Por **Francisco Alberto Fortunato Queirós**
Professor da Faculdade de Letras do Porto

NOTA DE ABERTURA

Publicámos, em 1983, a primeira parte de um estudo sobre os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras (Paris, 1818-1822)*, em edição do Centro de História da Universidade do Porto.

Além de situarmos a Revista em análise no quadro da imprensa portuguesa da emigração, caracterizámos os *Annaes* (...), os redactores principais e os colaboradores ocasionais, estabelecemos uma tipologia dos artigos publicados, inventariámos a relação de subscritores no país e no estrangeiro; divulgámos, enfim, numa visão panorâmica, o que foram os *Annes* (...).

Retomamos, hoje, numa segunda parte, aquele estudo, apresentando, em primeiro lugar, uma síntese da História da Educação no século XIX e, em particular, um quadro cronológico dos principais marcos da História da Educação em Portugal, no mesmo período, para nos debruçarmos depois sobre o conteúdo pedagógico de alguns artigos dos *Annaes* (...), concretamente os de Cândido Xavier e Solano Constâncio.

Não fica de modo algum esgotado o rico manancial que são os dezasseis volumes desta Revista, pelo que, possivelmente, a curto ou a médio prazo, voltaremos ao tema...

1. O ano de 1815 marca uma nova fase da História da Europa, a tal ponto que, para alguns historiadores, é ele e não 1789 o limite inicial da Idade Contemporânea¹.

Começa (ou, se se quiser, continua) também aí um período fecundo de reformas dos sistemas educativos europeus.

Quem percorrer com algum cuidado o 3.º volume de *Histoire Mondiale de l'éducation*² poderá respigar (sem, claro, as desinserir do contexto como vamos fazer) as seguintes notas relativas ao período de 1815 a 1860:

1.1 ... Em 1802, Alexandre I cria, na Rússia, o primeiro ministério da instrução pública, seis universidades (Moscou, Carcóvia, Kazan, Dpart, Vilna e S. Petersbourg), um ginásio por província, escolas distritais e escolas paroquiais, surgindo também, com carácter elitista, porque reservados à nobreza, estabelecimentos de ensino em Tsarkoe Selo e Odessa, respectivamente em 1810 e 1816 (p. 117);

Em 1817, altera-se a política educativa até então seguida: expulsam-se os jesuítas (1820), proíbe-se o método Lancaster ou do ensino mútuo (1824-26), expurgam-se os programas de quanto era influência das *Luzes*, torna-se o ensino elitista e baseia-se a educação, a partir de 1833, na religião e nas línguas antigas, sob a trilogia *ortodoxia, autocracia e nação*;

Em consequência da insurreição de 1830-1831, extinguem-se, entre 1831 e 1842, a Universidade de Vilna e várias escolas católicas e cristãs gregas;

¹ Vd., entre outros, J. B. DUROSELLE, *L'Europe de 1815 à nos jours*, Nouvelle Clío, P.U.F., Paris, 1970 e R. RÉMOND, *Introduction à l'histoire de notre temps*, 3 vols., Seuil, Paris (vol. 2., *le XIX Siècle, 1815-1914*).

² *Histoire mondiale de l'éducation*, publiée sous la direction de Gaston MIALARET et Jean VIALE, 4 vols., 1 — Des origines à 1515; 2 — De 1515 à 1815; 3 — De 1815 à 1945; de 1945 à nos jours; Paris, P.U.F., 1981.

O receio dos governantes quanto à educação do povo traduz-se na redução dos programas (em 1844, a estatística; em 1846, as matemáticas; em 1847, a lógica) e no aumento da carga horária do latim e do grego, na travagem ao ensino técnico e na estagnação do ensino elementar (p. 118);

Rousseau, Pestalozzi e Owen são refutados «pour leur sentimentalisme et leur individualisme, inadaptés à la dure réalité d'un pays où regne le servage». (p. 119).

1.2 — Na zona polaca, a invasão francesa de 1807 permitiu, com a abolição da servidão, alguma abertura pedagógica, organizando-se a escola elementar paga segundo os rendimentos e obrigatória dos 8 aos 11 anos; em 1815, com a passagem de ducado a pequeno reino, o interesse pela instrução continua a crescer, defendendo-se o ensino dos camponeses, o emprego do método de Lancaster e a educação feminina, «éducation domestique capable de faire de la femme une auxiliaire intelligente de l'homme» (p. 120);

Em 1821, começa, porém, o retrocesso: de 1 222 escolas dos ensinos primários e secundários com 37 623 alunos, em 1822, passa-se, em 1827, para 330 escolas e 8 000 alunos; depois de insurreição de 1830-1831, encerra-se a Universidade de Varsóvia, desviam-se os fundos destinados à educação, sobrecarregam-se os horários com o ensino da língua russa (26 horas por semana) e reduzem-se os estabelecimentos de ensino secundário, do mesmo passo que se sente a falta de instituições superiores.

1.3 — O mundo escandinavo olhou com grande interesse, no século XIX, para os problemas educativos; «pour diverses raisons (...) ces questions ont toujours joui d'une attention particulière de la part des autorités» (p. 135);

A procura de uma igualdade de oportunidades, através do ensino gratuito generalizado, da concessão de bolsas de estudo e de subsídios ao ensino particular, e a concertação de esforços das autoridades municipais e dos pais dos alunos são duas notas salientes da educação nesta área, no século XIX (ibidem);

A lei escolar sueca de 1841 cria uma escola em cada paróquia, e determina a escolaridade obrigatória e gratuita com a duração de seis anos, constituindo os quatro últimos a escola popular;

Em 1849 fixa-se em seis anos a duração do ensino secundário;

Também na Dinamarca, mas em 1837, se fixa em 6 anos a duração da escola primária, diferenciando-a e ampliando-a conforme a proveniência dos alunos era do campo ou da cidade:

«Les enfants des campagnes suivront un enseignement primaire (qui passera à sept ans et auquel on adjoindra quatre années complémentaires éventuellement) aménagé selon les nécessités du travail agricole; ceux des villes, après quatre ans d'enseignement fondamental assuré par la *grundskole* ou première partie des écoles municipales, auront le choix entre une *hovedskole* de trois années que ne conclut aucun examen, ou une école «moyenne» terminée par un examen, après quatre ans de scolarité, et débouchant sur l'école dite pratique (*realskole*) ou sur le lycée (*gymnasium*)» (p. 136);

Em 1844, o bispo, filósofo e pedagogo GRUNDIVIG funda, em Rodding a primeira alta escola popular, escola que não conduz à obtenção de diplomas mas ao desenvolvimento do sentido cívico dos alunos de qualquer idade alimentado pelas tradições populares e pela religião cristã, a qual foi adoptada pela Suécia e pela Noruega e, depois, pelo mundo inteiro. «Elle représente un des efforts les plus remarquables que aient jamais été accomplis dans le domaine de la pédagogie pour faire de l'enseignement un art de vivre adapté à la personne vivant, *hic et nunc*, de ses interlocuteurs» (p. 137).

1.4 — A Prússia ocupou um lugar de relevo no campo da educação ainda no século XVIII, sob a égide de Frederico o Grande (1744-97), e mesmo depois da sua morte; em 1788, é criado o exame terminal do ensino secundário e em 1794 o estado prussiano chama a si o encargo da instrução pública; (p. 143).

Em 1809, sob a influência de Humboldt, então ministro da instrução, dá-se prevalência ao humanismo grego, à formação de homens completos; (p. 144).

Do mesmo passo que Pestalozzi vai influenciar a educação prussiana sobretudo com o aparecimento, em 1820, do *Manual de ensino*, de W. Harnisch, também a educação prussiana vai influenciar a francesa, sobretudo depois da visita de Vitor Cousin, em 1830; (ibidem).

Nos estados alemães imita-se e adapta-se (às vezes, contraria-se) a educação desenvolvida na Prússia; entre outros, nomes como os de Hegel, Fichte, Schleiermacht (o dever de uma geração é educar a seguinte no respeito dos seus deveres para com o Estado, a Igreja, a ciência e o povo), Jean Paul (defesa da actividade participativa da criança e da educação feminina), Jahn (considerado pai da ginástica),

Froebel, etc., aparecem ligados à problemática educativa germânica; (p. 146).

Pela mesma época, Herbart (1776-1841), com os «passos formais» vai tornar muito directiva a aprendizagem, o que encontrou eco em Ziller, Rein, Dörpfeld e outros; (p. 149).

Entretanto, com a Revolução de 1848 dá-se um retrocesso na educação, sobretudo com a «castração» intelectual dos professores, os quais foram obrigados ao conformismo com a instrução religiosa ou sujeitos a perseguição por simpatia com o socialismo; (p. 147).

1.5 — Na Grã-Bretanha, onde a instrução é consagrada como um direito e uma necessidade de todos, prenuncia-se em 1839 a criação de de um Ministério de instrução pública e em 1840 cria-se a primeira escola normal, surgem novas universidades, acrescenta-se, ao ler, escrever e contar, a história, a geografia, os trabalhos manuais e as ciências da natureza e reforça-se a educação feminina; (p. 163).

Bell e Lancaster divulgam e especializam o método do ensino mútuo, enquanto o utópico socialista R. Owen inicia os jardins de infância e experimenta as suas ideias pedagógicas em Lanark, em 1816; sucessivamente, a educação pré-escolar vai-se alargando: Westminster (1818); Sociedade londrina da escola infantil (1824) sob a inspiração das ideias de Pestalozzi; escola normal para jardineiros de infância (1836); uma escola frobeliana privada (1854), etc.; (p. 164).

Entre 1830 e 1870, aumenta o controlo do Estado sobre a educação e dá-se o aparecimento do *Education Act* de 1870, da autoria de Forster, mas este documento excede o âmbito do presente estudo pelo que não se lhe faz referência particular.

1.6 — Uma leitura de pormenor sobre a educação na península itálica permite-nos recolher os seguintes elementos:

A partir de 1821, a educação é fortemente controlada no reino de Nápoles, porque «De nombreux enseignants sont destitués, les méthodes didactiques censurées, les étudiants des écoles supérieures étroitement surveillés (...), embora de favoreça de algum modo o ensino privado;

Sob a égide de Fernando II, entre 1830 e 1848, desenvolve-se um período fecundo do ponto de vista pedagógico, mas logo em 1856 surgem novas medidas coercivas, ainda que se exija às municipalidades o financiamento da instrução primária; (pp. 178-179).

No estado pontifício, entre outras medidas, a educação é dirigida

pela Sagrada Congregação dos Estudos e, depois, por um Ministério da Instrução Pública, exigindo-se uma licença do bispo para ensinar, enquanto no ducado de Modena, é vedado aos judeus frequentarem a escola pública, abrem-se escolas primárias e colégios em cada centro principal e, em Parma e Piacenza, procede-se à abertura de escolas para raparigas; (p. 179).

Se, na Toscana, até 1858, se procura «d'élever le niveau matériel et spirituel du peuple et d'éveiller l'esprit public», na Lombardia, nasceram, entre 1838 e 1842, as escolas técnicas de Milão e Veneza, os colégios, os liceus e as Universidades de Pádua e Pavia, reformolou-se o ensino primário (dois níveis) que se torna gratuito e obrigatório, de certo modo sob a égide do domínio austríaco; (p. 180).

Na Sardenha, foram anuladas, em 1814, as reformas escolares napoleónicas, o ensino tornou-se confessional, a leccionação só podia ser feita por um leigo, se não houvesse clérigo para a exercer, e os estudantes deviam fazer prova regular de se terem confessado; mas, por outro lado, surgem as escolas para crianças desvalidas: «leur expansion, avec Charles-Albert, peut être considérée comme un succès de la ligne politique libérale», (pp. 181-182).

No Piemonte, após 1848, a lei Boncompagni marca a laicização da escola, embora esta se mantenha fiel à «santa doutrina» e seja ministrada por clérigos e, muitas vezes, em escolas particulares católicas; o estado afirma-se em face da igreja, promove-se a estratificação de funções administrativas e directivas e dá-se preferência aos estudos humanísticos sobre os estudos técnicos; em 1859, a lei Casati retoma-a, corrige-a e amplia-a: o ensino distribui-se por universitário, secundário, técnico e primário (este gratuito), fomenta-se a formação de professores e considera-se a liberdade ensino (pp. 185-186).

1.7 — Relativamente à França, é com a Restauração que se começa a olhar com mais interesse o ensino primário, desde logo com a criação da *Sociedade para a instrução elementar*, cujos componentes acreditavam na educação como meio de evitar as revoluções e os tiranos. São eles que vão lançar as escolas de *ensino mútuo* em França, as quais sofrerão a contestação do clero que lhes prefere o método simultâneo e praticamente as elimina a partir de 1820-1827. (p. 256).

A Universidade começa a preocupar-se com a escola primária, sobretudo a partir de 1828, definindo programas, instituindo exames de capacidade e uma inspecção regular e fomentando a criação de escolas normais.

É, porém, a partir de 1830 e, sobretudo, com a lei Guizot de 28 de Junho de 1833, que a escola primária é objecto de maior cuidado. Assim, abertura de uma escola em cada comuna, alojamento e vencimento aos professores, uma escola normal em cada departamento, criação, nas cidades, de escolas primárias superiores, associação da Igreja e do Estado na educação, autorização de funcionamento de escolas particulares,— eis alguns traços dessa lei. (p. 257).

Em 1835, é criado o corpo de inspectores primários; no ano seguinte, estendem-se algumas daquelas medidas à educação feminina e, em 1837, fomenta-se a abertura de «salas de asilo para crianças com menos de seis anos».

Embora provocando substanciais crescimentos na frequência escolar, não deixou a aplicação desta lei de provocar controvérsias, defendendo uns o regresso ao ensino confessional, moral e religioso, e outros apostando no regresso e nas linhas de força da Revolução quanto ao ensino — obrigatório, gratuito e laico. (p. 258).

O projecto Carnot (1848) e a Lei Falloux (1850) vão também contemplar, mas de modo diferente, o ensino primário, pois, enquanto aquele o democratiza e torna gratuito e obrigatório, esta suprime a obrigação, a gratuidade e as escolas primárias superiores, torna facultativas as escolas normais, controla os professores, etc., medidas que vão manter-se e reforçar-se até pelo menos 1864. (p. 259).

1.8 — Quanto à vizinha Espanha — e para terminarmos este ronda pela educação europeia na faixa epocal que seleccionámos —, embora o capítulo IX da Constituição de Cádiz (1812) seja totalmente consagrado à educação, é, porém, na opinião do autor que estamos a seguir, o *Informe* de Manuel José Quintana o documento-base da legislação escolar espanhola no século XIX. (p. 198).

Inspirando em Condorcet, advoga o ensino «completo, universal, uniforme, público, gratuito e livre».

Apesar das alternâncias e alterações no poder, a Espanha vai lançando e consolidando a sua estrutura educativa: criação de «escolas normais no campo (1839), escolas infantis, educação de adultos, escolas normais femininas, inspecção (1849), inspecção central (...) um ensino primário público e gratuito». (p. 199).

Em 1845, seculariza-se definitivamente o ensino e organizam-se os estudos secundario e universitário, o que recebe novo impulso pela lei Moyano em 1857. (p. 201).

Se ainda é possível fazer resumo destas sínteses e transcrições, dir-se-á que os primeiros 60 anos do século XIX foram fecundos, no campo do ensino, em quase todos os países da Europa, embora não de maneira uniforme e rectilínea em cada um deles e, muito menos, coincidente no tempo entre uns e outros, mas, de algum modo, influenciando-se mutuamente.

Assim, vemos a educação prussiana ter reflexos na francesa, através de Cousin, como vemos esta projectar-se sobre a espanhola (e a portuguesa); a Inglaterra a exportar o «ensino mútuo» que é acolhido na França e na Espanha (e em Portugal) mas recusado na Rússia; verificamos as tentativas de democratizar e generalizar o ensino, tornando-o obrigatório e gratuito, o aparecimento das escolas primárias superiores, a preocupação com a educação feminina e a formação de professores, o combate ao analfabetismo, o crescente papel do Estado, laicizando o ensino, enfim, o desejo de criação do ensino técnico-profissional, sobretudo virado para o comércio e para a indústria e e muito pouco para o mundo agrícola, e o de reformar a universidade.

Para além de tudo isto, surgem legislação e instituições, pedagogos de nomeada e obras educativas que conquistaram lugar de relevo na História da Educação e ainda se projectam nos nossos dias.

2. O século XIX foi, no quadro da História da Educação em Portugal, o ponto de encontro da «tradição educativa» com a «renovação pedagógica», na feliz síntese do Prof. Ávila de Azevedo.³

Por mais de uma vez temos chamado a atenção para o facto de que a História, salvo raras excepções, essas verdadeiramente convulsivas, é uma simbiose do passado com o presente, isto é, do que permanece com o que se transforma. As duas vertentes coexistem numa grande percentagem de casos passíveis de serem equacionados, independentemente do tempo e do lugar onde se produzam. Foi assim nos grandes marcos históricos internacionais como nos grandes momentos da história pátria, quer pensemos na queda de Roma ou na tomada de Constantinopla, na crise de 1383-85 ou na proclamação da República.⁴

Por outro lado — e, talvez, por isso mesmo —, o processo histórico nunca é linear, ou melhor, rectilíneo.

³ Rafael Ávila de Azevedo, *Tradição educativa e renovação pedagógica (Subsídios para a História da Pedagogia em Portugal — Século XIX)*, Porto, 1972.

⁴ Não estaria esta mesma ideia no espírito de Marcello Caetano, quando definiu o seu consulado como uma «evolução na continuidade»?

Sem se procurar aplicar aqui as ilacções resultantes da relação filogenia — ontogenia, não deixa de ser verdade que a história dos povos é um pouco como a história dos homens, isto é, com avanços e retrocessos, pausas e movimentos bruscos de crescimento ou quedas abruptas de doença e morte ⁶.

Quem analisar, no concernente à educação, uma cronologia do século XIX português, ⁵ verificará que assim é.

A fim de facilitarmos esse análise, transcrevemos, com base nas duas citadas obras, uma relação dos principais marcos da História da Educação em Portugal no século passado:

⁵ Neste sentido parecem apontar, entre outros, Toynebee e Marx. A propósito deste último, escreveu Henri Lefebvre, *O fim da História*, publicações D. Quixote, Lisboa, 1971, p. 137: «Marx não pode definir a historicidade e a história sem uma referência.

A concepção do tempo histórico remete à 'naturalidade' como origem, como berço e mesmo como mãe do devir ou senhora das leis do devir dialéctico (nascimento, crescimento e desenvolvimento, maturação, declínio e morte — lutas e conflitos a diferentes níveis)».

A. Toynebee falaria em nascimento, crescimento, apogeu, declínio e morte das civilizações.

⁶ Joel Serrão, *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4.^a ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1980 e António Machado Pires, *O século XIX em Portugal, Cronologia e Quadro de Gerações*, Lisboa, 1975.

| ANO | CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉC. XIX |
|------|--|
| 1818 | * Aparecimento, em Paris, da Revista <i>Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras</i>. |
| 1820 | * Criação de 59 escolas do ensino primário, em 14 meses. * Início do ensino primário feminino. * Aumento de vencimento aos professores. * Estabelecimento do princípio da Jubilação. * Favorecimento do ensino particular. * Proclamação da liberdade de ensino. |
| 1823 | * Abolição da liberdade de ensino. |
| 1824 | * Encerramento de várias escolas particulares. |
| 1825 | * Fundação das Escolas Régias de Cirurgia de Lisboa e Porto. |
| 1826 | * Manutenção da gratuidade do ensino primário. * Manutenção das restrições à liberdade de ensino. |
| 1829 | * Proposta da Junta da Directoria no sentido de reduzir de 900 para 600 as escolas existentes. * Decisão do Governo reduzindo aquele número a 550. * Garret escreve « <i>Da educação</i> ». |
| 1832 | * Reproclamação da liberdade de ensino. * Possibilidade de criação de escolas primárias pelas corporações locais. * Nomeação de uma comissão para elaborar um plano geral de reforma. |
| 1835 | * Publicação de um artigo de Herculano, no <i>Repositório Literário</i> , sobre instrução elementar. * Publicação de um número único do <i>Jornal Mensal de Educação</i> , com referências a Gaultier, Jacotat, Pestalozzi e outros. * Criação de uma Comissão, na Academia Real das Ciências, encarregada de propor um plano provisório mas de imediata execução para o ensino público. * Supressão da Junta da Directoria Geral dos Estudos. * Criação do Conselho Superior de Instrução Pública. * Proposição de algumas reformas radicais e ousadas que não vingaram. * Proclamação do princípio de obrigatoriedade de frequência escolar. |

| | |
|------|---|
| 1836 | <ul style="list-style-type: none"> * Reforma do ensino de Passos Manuel. — Criação de liceus. — Reforma dos ensinos primário e secundário. — Organização das Escolas Médico-Cirúrgicas. — Criação da Escola do Exército. — Criação de dois Conservatórios de Artes e Ofícios. — Criação do Conservatório de Arte Dramática. — Criação das Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto. |
| 1837 | <ul style="list-style-type: none"> * Extinção do Colégio dos Nobres. * Criação da Escola Politécnica de Lisboa (11.01.37), por Sá da Bandeira e da Academia Politécnica do Porto. |
| 1841 | <ul style="list-style-type: none"> * Publicação de um artigo de Herculano sobre Instrução Nacional. |
| 1844 | <ul style="list-style-type: none"> * Fundação do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo. * Reforma do ensino. |
| 1852 | <ul style="list-style-type: none"> * Fundação do Instituto Industrial de Lisboa. * Criação do Instituto Agrícola. * Estabelecimento do sistema métrico decimal. |
| 1854 | <ul style="list-style-type: none"> * Castilho publica a <i>Felicidade pela instrução</i>. |
| 1857 | <ul style="list-style-type: none"> * Criação do Observatório Astronómico de Lisboa. |
| 1859 | <ul style="list-style-type: none"> * Criação do Curso Superior de Letras. * Criação da Direcção Geral de Instrução. * Criação das Cadeiras de Geometria Descritiva e de Química Orgânica na Escola Politécnica. |
| 1870 | <ul style="list-style-type: none"> * Criação do Ministério de Instrução Pública (Junho). * Extinção do Ministério da Instrução Pública (Agosto). |
| 1871 | <ul style="list-style-type: none"> * Publicação por Adolfo Coelho de <i>A questão do ensino</i>. * Realização e proibição das Conferências do Casino. |
| 1875 | <ul style="list-style-type: none"> * Ramalho Ortigão ataca com violência os defeitos da educação portuguesa. |
| 1877 | <ul style="list-style-type: none"> * Joaquim de Vasconcelos critica a estrutura do ensino artístico em Portugal. |
| 1884 | <ul style="list-style-type: none"> * Decreto de António Augusto de Aguiar sobre o ensino técnico. |
| 1886 | <ul style="list-style-type: none"> * Reorganização do ensino técnico por Emídio Navarro. |
| 1890 | <ul style="list-style-type: none"> * Ressurgimento do Ministério da Instrução Pública. |
| 1892 | <ul style="list-style-type: none"> * Extinção do Ministério da Instrução Pública. |
| 1894 | <ul style="list-style-type: none"> * Reforma do ensino secundário por Jaime Moniz. |
| 1895 | <ul style="list-style-type: none"> * Criação das Escolas Normais do Porto e Évora. |

São aqui bem patentes os fenómenos de nascimento, recriação, reforma e desaparecimento de instituições educativas.

E para só citarmos alguns, veja-se o que sucedeu, por exemplo, com a criação de escolas primárias, em 1820, e a sua redução, em 1829; com a liberdade de ensino, estatuída naquele ano, abolida três anos depois e mantida em 1826 para ser (re) proclamada em 1832; com as grandes reformas de Passos Manuel, em 1836, traduzidos na criação de várias escolas de diferentes níveis e a extinção do Colégio dos Nobres no ano seguinte; com a criação do Ministério da Instrução Pública em Junho de 1870 e a sua extinção dois meses depois, para ser recriado e extinto pela segunda vez, respectivamente, em 1890 e 1892, e assim por diante.

3. Embora sem possibilidades materiais de dar o mesmo desenvolvimento a todos os aspectos referidos no quadro cronológico atrás transcrito, debruçar-nos-emos, desde já, sobre a sua primeira referência: 1818 — Aparecimento, em Paris, da Revista *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras* ⁷.

Na verdade, esta Revista, marco importante da imprensa da emigração portuguesa na primeira vintena do século XIX, foi um dos elos significativos da cadeia cultural que nos ligava à Europa.

Corroborá esta afirmação, no que concerne aos aspectos da desejada e necessária reforma educativa, a variedade e a qualidade dos artigos sobre temática relacionada com a educação.

É, por exemplo, Cândido Xavier a escrever *Do ensino mútuo chamado de Lancaster*, T. II, 1.^a parte, pp. 1-40; *Dos progressos do Ensino Mutuo em 1818 nos paizes das differentes partes do Mundo° e das novas escholas do Ensino mutuo em Portugal*, T. VI, 1.^a parte, pp. 53-79; *Ensino Mutuo em 1819*, T. X, 1.^a parte, pp. 89-105 ou *Sobre a resolução da Comissão de Instrução Publica em Paris, para que o estudo da Geographia, e os da História, fação parte das materias que se estudão nas primeiras aulas*, T. III, 1.^a parte, pp. 81-111; ou, ainda, *Do Conservatório das Artes e Officios de Paris e da possibilidade de hum Estabelecimento semelhante em Portugal*, T. VI, 1.^a parte, pp. 87-107, ou de Solano Constâncio, *Introdução — Discurso preliminar*, T. I, 1.^a parte, pp. 1-37 e

⁷ O título completo da Revista é *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras; Por huma sociedade de portuguezes residentes em Paris* e não como o referem os autores citados na nota anterior. Vd. Francisco Fortunato Queirós, *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras (Paris, 1818-1822)*, 1.^a Parte, Porto, 1983.

Ideias sobre a Educação da Mocidade portugueza, nas Sciencias Physicas, e nas Artes, T. XIII, 1.^a parte, pp. 3-25 ⁸.

Analisemos, na medida do possível, estes artigos e as suas implicações no contexto da política educativa da época.

3.1. Dos artigos de Cândido Xavier, referiremos os que se relacionam com o «ensino mútuo», considerando, em primeiro lugar, a história desse modo de ensino, para atendermos, de seguida, ao conteúdo dos seus artigos e, finalmente, para abordarmos o que, nesse campo, se fez em Portugal.

- a) O ensino mútuo é, possivelmente, tão velho quanto o homem, na medida em que a educação da humanidade é de algum modo um processo de transferência de um dado saber ou saber fazer de uns para outros, isto é, todos nos ensinamos reciprocamente.

A sua aplicação como método de ensino é que pode ser mais recente e, como tal, objecto de estudo na História da Educação, muito embora encontre as suas raízes na educação romana, nas escolas medievais, na pedagogia dos jesuítas ou na didáctica de Coménio.

É no século XVIII que o *monitorial system* se desenha como método de ensino, ainda que a sua paternidade como método sistemático seja discutível, pois que é atribuído ao anglicano André Bell (1753-1832) e ao quaker Joseph Lancaster (1778-1838).

Concebido para servir «o mais capaz de professor àquele que o é menos», rapidamente se propagou nas escolas fundadas por anglicanos e quakers, através de associações específicas como como a *Sociedade nacional para a propagação do ensino elementar nas classes pobres, segundo os princípios da Igreja dominante na Inglaterra e no País de Gales* ou a «*Sociedade das escolas para a Grã-Bretanha e para o estrangeiro*», respectivamente de 1811 e 1813.

Do mesmo passo penetrou noutros países de vários continentes, tais como, a França, Rússia e Portugal, a América e a África, a Ásia e a Oceania.

⁸ Para maior desenvolvimento, vd Francisco Fortunato Queirós, ob. cit., pp. 59-66, onde se relaciona a colaboração de Cândido Xavier, Solano Constâncio, Mascarenhas Neto e Mousinho de Albuquerque.

Na França, que a mais de um título foi a nossa inspiradora ideológica durante séculos, o ensino mútuo introduz-se, em 1815, através da *Société pour l'instruction elementaire*, que criou escolas normais para professores (1818) e professoras (1816).

A partir daí chegou a «nova» a Portugal, tendo a sua aplicação ocorrido na Madeira, por via do inglês Phelps, em 1817⁹.

- b) Cândido Xavier (1769- 1833) escreveu, como dissémos, nos *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, três artigos sobre o ensino mútuo cuja síntese aqui deixamos.

No primeiro artigo,¹⁰ C. Xavier começa por se congratular com o contraste da anterior hostilidade entre as nações da Europa com a maneira como «franquião reciprocamente o conhecimento das instituições úteis, e parecendo todas membros de huma só família, dispõem em comum para os seus filhos hum systema de educação, que, extendendo-se até às últimas classes da Sociedade, e dirigindo com segurança os habitos e as opiniões, que tamanha influência tem sobre o homem, prepara a regeneração dos costumes, forma o carácter individual, e estabelece sobre bases sólidas a felicidade pública». ¹¹.

Refere, em seguida, as visitas de príncipes e de homens sábios a vários estabelecimentos, como os de Fellenberg e de Pestalozzi, e a transplantação do ensino politécnico da França para outros países, para introduzir o tema do ensino mútuo nestes termos: «e assim, quasi todos as Nações da Europa fôrão com louvável deslevo buscar na Gran-Bretanha o princípio feliz que ensina as primeiras idades a instruirem-se reciprocamente, por meio de huma disciplina própria para formar os habitos virtuosos, e de hum methodo que abrevia o tempo, diminua a despeza, aplaina as dificuldades, e faz de hum objecto naturalmente arido e escabroso huma occupação suave e agradável

⁹ Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a história da educação no século XIX*, Coimbra, 1980, p. 10. É do maior interesse todo o artigo — *Escolas Normais para habilitação de professores primários*, pp. 7-72, assim como as notas infrapaginais, sobretudo as que referem à legislação da época.

¹⁰ Tomo II, Outubro de 1818, pp. 1-40. (Note-se, entretanto, que C. Xavier não é o primeiro a divulgar, na imprensa da emigração, este assunto, pois tal aconteceu no *Investigador Português* em Novembro de 1815).

¹¹ *Ibidem*, pp. 2-3.

para os mestres, interessante e divertida para os discípulos. Tal he o ensino mutuo chamado de Lancaster»¹².

Depois desta elogiosa apresentação do método, C. Xavier reconhece que, no caso de Portugal, «o ensino mutuo não he senão hum desenvolvimento feliz do modo de ensinar, desde tempos muito antigos estabelecidos nas suas escholae»¹³ e apresenta o esquema de desenvolvimento do seu artigo: um resumo histórico; os princípios gerais em que se fundamenta; uma ideia geral da sua aplicação à leitura, à escrita e à aritmética e, finalmente, uma síntese das vantagens do ensino mútuo.

Ao historiar o método, remonta a sua aplicação na Europa, mais concretamente em Esparta, por Licurgo, que se terá inspirado nas viagens a Creta, ao Egipto e à Ásia, e refere-se depois à educação nas escolas do Franco-Condado no séc. XVII, a Erasmo, Rollin, Cherrier, Herbault, Paulet e aos Jesuitas como seus defensores e propagadores, para, enfim, considerar a aacção de Bell e Lancaster na sistematização e generalização do método¹⁴.

Em seguida, aborda a adopção e adaptação do ensino mútuo especialmente em França mas também noutros países da Europa, como a Rússia, a Suécia, a Polónia, a Espanha, a Itália e a Grécia, para concluir esta primeira parte com a informação de que, embora limitada «de proposito a aplicação do do ensino mutuo a ler, escrever e contar, e alem disto ás obras de agulha para as meninas (...) principiãõ já a applicá-lo ao ensino da gymnástica, do desenho, da musica, da grammatica latina, da geographia, e de differentes linguas, e dão esperanças de extender hum dia a sua benefica influencia até sobre as manufacturas, e sobre as Artes»¹⁵.

Quanto aos princípios gerais, depois de dizer que o método tem por objecto «comunicar a instrução aos discipulos que sabem menos, por meio d'quelles que sabem mais», enuncia e explicita alguns: número de alunos até mil; divisão em classes certas e determinadas com grupos homogéneos; existência de instrutores particulares e gerais e de um mestre (o qual, se

¹² Ibidem, p. 3.

¹³ Ibidem, p. 4.

¹⁴ Ibidem pp. 4-11.

¹⁵ Ibidem, p. 15.

excedesse as suas funções relativas à vigilância e boa ordem, destruiria o sistema); ordem e regularidade nos mais pequenos pormenores, de acordo com o lema «um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar»; unidade de estudo e variedade de trabalhos e de castigos não corporais.

Desenvolvendo com mais pormenor as bases de método, C. Xavier divide-as em bases de educação e base de instrução: ¹⁶ nas primeiras inclui a hierarquização do mestre ao aluno menos adiantado, a economia do processo, a exacta divisão do tempo, ordem e uniformidade em tudo e aplicação de penas morais e exactas em vez de castigos corporais e arbitrários; nas segundas, considera o ensinar por meio da imitação, a combinação das partes do ensino entre si, a colocação do aluno no exacto lugar a que correspondem os seus conhecimentos sem prejuizo dos restantes e a sustentação da atenção durante todo o tempo da aula.

Relativamente à aplicação, fá-la em pormenor no que se refere à leitura, à escrita e à aritmética ¹⁷ para se debruçar a seguir sobre as vantagens do método em confronto com o ensino individual e o ensino simultâneo, quer do ponto de vista pedagógico quer na óptica da economia de meios.

Significativa é a reacção de C. Xavier aos detractores do método: «As vantagens do ensino mutuo não admittião contradicção, e nesta penuria de argumentos directos, aquelles espiritos inimigos de todo o bem vierão com os inconvenientes que devião resultar á sociedade de hum methodo que facilitava tanto os meios de espalhar a instrucção nas classes inferiores; argumento miseravel, que faz o elogio daquela invenção, e que dá a mais perfeita ideia do merecimento dos que a impugna», para logo adiante acrescentar que «a educação e a instrucção proporcionada aos deveres de cada classe no estado social he o melhor meio que o homem tem de ser feliz na Sociedade, e o mais solido, por não dizer o unico, que os Governos possuem para promover a felicidade das familias, e assegurar a tranquillidade dos Estados.

Quid leges sine moribus?» ¹⁸.

¹⁶ Ibidem, pp. 20-22.

¹⁷ Ibidem, pp. 22-25.

¹⁸ Ibidem, p. 32. Não deixa de ser curioso relacionar esta afirmação de C. Xavier com o que escrevemos nas pp. 16-17 de *D. Pedro V e a Educação-Ideário pedagógico de um*

Finalmente, o autor apela, neste primeiro artigo para a implementação e generalização do ensino mútuo em Portugal, procurando suscitar o empenhamento do «espírito patriótico portuguez para naturalizar no paiz tão importante methodo»¹⁹.

O segundo artigo de C. Xavier — *Do ensino Mutuo em 1818 nos paizes das differentes partes do Mundo; e das novas escolas do Ensino mutuo em Portugal* —²⁰ não nos parece tão rico quanto o anterior do ponto de vista pedagógico, mas reveste-se, mesmo assim, de muito interesse para a História da Educação.

Primeiro, porque transmite «a idea dos progressos do Ensino mutuo», considerando o progresso geral das escolas, o progresso geral dos discípulos e a redução do investimento *per capita* (de 650 para 120 réis por mês e aluno, no caso português);²¹ segundo, porque nos dá uma panorâmica da progressão do método em vários países e cidades, de diferentes continentes — França, Suíça, Rússia, Polónia, Moldávia, Alemanha, Baviera, Áustria, Saxónia, Prússia, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Nápoles, Florença, Toscana, Piemonte, Espanha, Inglaterra, Senegal, Serra Leoa, Estados Unidos, da América, Buenos Aires, Bengala;²² terceiro — e principalmente —, porque faz o ponto da situação no que se refere ao emprego do método em Portugal, ou, melhor, nos domínios portugueses²³.

Vejamos mais em pormenor este último aspecto.

Confrontados com o facto de o *Relatório da Sociedade de Educação de Paris* ser omisso quanto à aplicação do ensino mútuo em Portugal, «os Redactores dos Annaes reclamámos contra aquelle silencio, e communicámos á Sociedade hum summario do extracto da conta pública, que o Director das Escolas militares em Portugal dera a respeito dellas em 8 de

Rei. D. Pedro V insurge-se por mais de uma vez contra os que procuram impugnar a necessidade da educação, acusando-os de sofisma, de desconhecimento da época e de obrarem de má fé (...) Tinham passado em vão mais de três dezenas de anos!

¹⁹ Ibidem, p.38.

²⁰ Tomo VI, Outubro de 1819, pp. 53-79.

²¹ Ibidem, pp. 55-57.

²² Ibidem, pp. 57-66.

²³ Ibidem, pp. 66-68.

Outubro de 1818, publicado pelo Investigador portuguez em Inglaterra no n.º de Fevereiro do presente anno, e copiado da gazeta de Lisboa»²⁴.

Com base nestes elementos, C. Xavier divulgou o seguinte resumo, que, apesar da sua extensão, julgamos dever incluir aqui:

«Por este meio fizemos conhecer á Sociedade que desde o 1.º de Março de 1816 existia naquella cidade [Lisboa] huma escola normal, na qual até 31 de Agosto de 1818 se tinham habilitado 81 mestres; que desde o mez de Junho de 1817 se achão em actividade as escolas nos regimentos; que alem destas, se abrirão outras nos estabelecimentos Reacs, como no Deposito geral de cavallaria, e na Cordoaria, que em humas e outras erão recebidos não só os militares e seus filhos, mas tambem os dos habitantes; que no principio de Outubro de 1818 havia 18 destas novas escolas em Lisboa e Provincia da Estremadura, 10 na Beira, 5 em Traz os Montes, 9 no Porto e Provincia do Minho, 10 na do Alem-Tejo, e 3 no Algarve; que até áquella epocha se tinham matriculado nellas 1 891 militares, 1 952 paizanos, ao todo 3 843 discipulos, dos quaes 367 se achavão já habilitados, e d'estes, 60 militares tinham por essa causa sido promovidos a officiaes inferiores; que o numero dos que frequentavão em 31 de Agosto de 1818 era de 2 518, dos quaes 296 no alphabeto, 409 no syllabario, 410 no vocabulario, 801 nas phrases e periodos, e 602 na leitura corrente; que 304 escrevião em areia, 445 em ardosia, e 1 730 em papel; que 827 se achavão nos principios geraes da numeração, 785 na composição e decomposição dos numeros inteiros e decimaes, 242 na dos numeros quebrados, e 61 nas regras de tres; ultimamente que o numero medio de discipulos paizanos, com que as 55 escolas existentes naquella epocha se augmentavão cada mez, era de 60 a 70»,²⁵.

A partir daqui, o artigo resume-se ao apelo a um intercâmbio internacional, neste e noutros domínios, às vantagens de se estabelecer um «mesmo talho de letra em todas es esco-

²⁴ Cândido Xavier refere-se ao capitão João Crisóstomo do Couto e Melo, lente do Real Colégio Militar da Luz, ao *Relatório apresentado no dia 8 de Outubro de 1818, nas Casas da Real Fábrica da Pólvora em Alcântara* (...) e aos números 308 da *Gazeta de Lisboa*, 30-12-1818, e 92 de *O Investigador Português em Inglaterra*, Fevereiro de 1819.

²⁵ Tomo VI, Outubro de 1819, pp. 67-68.

las» e de se definirem as regras ortográficas, para, quase a terminar, sugerir o seguinte:

«Este momento pois tão oportuno para fixar a orthographia nas escolas de Portugal parece-nos o mais proprio para obter da nossa academia a approvaçãõ de hum systema a este respeito; a publicação, simples das suas bases, seguidas de hum Diccionario puramente orthographico, seria hum serviço relevante que a lingua ha tantos annos reclama, e de tanto necessita»²⁶.

O terceiro artigo ... Ensino Mutuo em 1819 —²⁷ é, sobretudo, uma síntese dos relatórios apresentados por M. Jomard à *Sociedade de Educação de Paris*, de que era um dos dos secretários. Aí se referem os progressos do método na França, Suíça, Piemonte e Sardenha, Toscana, Milão, Nápoles, e Malta, Espanha, Portugal, Bélgica e Holanda, Alemanha, Rússia, Suécia e Dinamarca, Moldávia e Grécia, Inglaterra, Calcutá, Ceilão, Bombaim e Dacca, Senegal, Ilha de S. Domingos, Buenos Aires, Chile e Estados Unidos.

No que concerne a Portugal,²⁸ o relatório de M. Jomard corrige a omissão, no relatório anterior, de qualquer referência ao nosso país; por outro lado, a *Sociedade de Educação de Paris*, reconhecendo o mérito e a obra de João Crisóstomo do Couto e Melo, «houve por bem, na sua sessão de 16 de Agosto, do corrente anno, nomeá-lo Membro correspondente da Sociedade»²⁹.

Comparando os textos de Cândido Xavier com o que posteriormente se escreveu sobre o ensino mútuo em geral e sobre o ensino mútuo em Portugal,³⁰ pode dizer-se — e esse é o seu maior mérito — que nada de novo se lhe acrescentou.

3.2. Quanto à evolução e aplicação do método do ensino mútuo em Portugal, vamos seguir de perto os *Estudos para a história*

²⁶ Ibidem, p. 78.

²⁷ Tomo X, Outubro de 1820, pp. 89-105.

²⁸ Ibidem, pp. 95-96.

²⁹ Ibidem, pp. 96-97.

³⁰ Para só citar alguns, veja-se, por exemplo: Joaquim Ferreira GOMES, *Estudos para a história da educação no século XIX*, ob. cit.; Luiz de ALBUQUERQUE, *Notas para a história do ensino em Portugal*, Coimbra, 1960, pp. 49-55 e 103-105; Rafael Ávila de Azevedo, ob. cit., pp. 370-382; *Histoire Mondiale de l'éducation*, ob. cit., vol. 3, pp. 241-249.

da *Educação no século XIX*, onde, insistimos, o Prof. Ferreira Gomes, cita e transcreve abundante legislação da época.

O ensino mútuo não ultrapassou, entre nós, a vigência de três dezenas de anos, pois, praticamente, a partir de 1850, os diplomas legais não o contemplam, o ensino simultâneo mantém-se na generalidade das escolas e o método Castilho, que adiante abordaremos, vai contribuir para o seu desaparecimento.

Durante essa trintena de anos, os principais elementos recolhidos naquela obra são os seguintes:

- em 1822, Maio, o Ministério do Reino propõe-se naturalizar o método do ensino mútuo e, em Junho do mesmo ano, a Comissão de Instrução Pública, precedido de parecer favorável da Comissão da Fazenda, propõe ao Congresso que seja dada autorização e cobertura financeira ao inglês João Corfield para fundar em Lisboa uma escola para 500 crianças do sexo masculino e de seis anos de idade, adoptando o método do ensino mútuo para cujo magistério se habilitara em Londres;
- em 1824, Setembro, exime-se a escola normal do ensino mútuo da dependência e da inspecção da Junta da Direcção Geral dos Estudos e dá-se preferência aos seus formandos, em igualdade de merecimento, no provimento das cadeiras régias;
- em 1826, Setembro, permite-se que os professores das escolas régias de Lisboa frequentem, nas tardes de 2.ªs e 5.ªs feiras, a escola normal do método do ensino mútuo, imprimem-se as tabelas da gramática Portuguesa adaptadas ao ensino mútuo e considera-se «serviço feito ao Estado e digno de muito louvor» a adopção do método nas escolas a cargo das corporações.
- em 1833, depois de cinco anos de eclipse provocado pelo governo de D. Miguel, Cândido Xavier determina a composição das *Tábuas para o ensino da Gramática Portuguesa* e, no ano seguinte, propõe-se, em Relatório assinado por Garret, a criação de escolas normais de ensino mútuo;
- em 1835, reconhece-se, oficialmente, o método como o melhor e nesse sentido projecta-se como condição *sine qua non*, para o provimento dos lugares de professores das escolas públicas a partir de 1837, a habilitação na prática daquele método;

— ainda em Agosto de 1835, são criadas as escolas normais primárias de Lisboa e do Porto, cuja frequência era obrigatória para os professores primários públicos daquelas cidades; em Setembro, determina-se a adopção do método nas escolas oficiais e alarga-se depois a criação de escolas normais aos Açores (Ponta Delgada e Angra).

Estas medidas de 1835 são, porém, temporariamente suspensas, a 2 de Dezembro desse ano, por decisão de Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, Ministro e Secretário de Estado, um dos colaboradores regulares dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*³¹ e autor de *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Pública dedicadas à nação portuguesa e oferecidas aos seus representantes* (1832), mas serão retomadas e ampliadas em 1836, com Passos Manuel, com as seguintes disposições:

- conversão, onde possível, das escolas do ensino simultâneo em escolas do ensino mútuo;
- nas capitais de distrito do Continente e Ilhas, a escola do do ensino mútuo serviria de escola normal, mantendo-se, porém, em funcionamento, nessas capitais, pelo menos uma escola de ensino simultâneo;
- nas capitais de distrito que as não tivessem seria criada uma uma escola de ensino mútuo para meninas;
- exigência de concurso de provas públicas e preferência no provimento aos candidatos habilitados para a prática do ensino mútuo;
- aumento de ordenado e outras regalias aos professores que applicassem o método com exactidão e bom rendimento escolar.

Nem mesmo assim, nem, tão pouco, com a criação das Escolas normais para o ensino mútuo em Coimbra, Vila Real, Viseu, Castelo Branco, Bragança, Braga, Beja e Portalegre, o o método se generalizou.

A esmagadora maioria das escolas continuava a adoptar o método simultâneo, e mais ainda depois da reforma de Costa Cabral (1844).

Segundo o Prof. Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 33, «Das 1 075 escolas oficiais para o sexo masculino existentes no Con-

³¹ Vd. Francisco Fortunato Queirós, *ob. cit.*

tinente, em 1845, apenas 17 seguiam o método de ensino mútuo, seguindo as restantes 1 058 o método simultâneo. Das 73 escolas existentes nas Ilhas, apenas 5 utilizavam o método de de ensino mútuo, seguindo as restantes 68 o de ensino simultâneo (...).

Em síntese, pode dizer-se que, embora a extinção das escolas de ensino mútuo seja oficialmente decretada em Dezembro de 1869, é a partir de Costa Cabral (1844) e do aparecimento do método chamado de Castilho (1850) que se esfuma o projecto de Cândido Xavier, tão bem fundamentado e elogiado nos três artigos que analisámos, de ver implementado e generalizado o ensino mútuo em Portugal.

4. Ainda que de modo sumário, não queremos deixar de fazer uma referência de pormenor ao artigo de Solano Constâncio intitulado «*Sobre a Educação da Mocidade portuguesa, nas Sciencias Physicas, e nas Artes*,³² uma vez que sendo vários, aliás, os artigos, de algum modo, relacionados com a educação e a instrução, como se pode ver no nosso trabalho sobre os *Annaes*, já aí tecemos breves considerações sobre um outro artigo de Constâncio — o *Discurso preliminar*³³.

O âmbito do artigo de Solano Constâncio³⁴, é definido logo de início: «Neste ensaio não nos occuparemos senão do que diz respeito ao ensino das Sciencias physicas, tendo, como sempre, por alvo a nossa querida pátria»³⁵.

Crítica em seguida a maneira como se processa o ensino das ciências, mesmo nas mais célebres Universidades da Europa, onde os grandes sábios se preocupam mais com a sua própria reputação de cientistas do que com o aproveitamento dos alunos, para logo acrescentar: «De

³² *Annaes* (...), Tomo XIII, pp. 3-25.

³³ Vd. Francisco Fortunaro Queirós, *ob. cit.*

³⁴ Sobre Solano Constâncio, vd. Maria Leonor Machado de Sousa, *Solano Constâncio: Portugal e o Mundo nos primeiros decénios do séc. XIX*, Lisboa, 1979, que, a propósito deste artigo escreve o seguinte: «Constâncio ultrapassa a fase de mera exposição e crítica para fazer uma proposta concreta — na qual encontramos alguns dos velhos sonhos de seu pai — de reforma do ensino do ramo em que se achava autorizado a falar — a Medicina. É de salientar a atitude construtiva e patriótica em que afirma a sua crença nas capacidades intelectuais dos portugueses, aos quais faltam apenas os esquemas de apoio próprio para se igualarem às grandes figuras de outros países».

³⁵ *Annaes* (...), tomo XIII, p. 3.

todas as Artes, aquella que, ha hum seculo, se tem adiantado com menos rapidez he a arte de ensinar»³⁶.

Solano Constâncio não se referia ao ensino primário mas ao que se ministrava nas Universidades e Academias, com grande incidência na síntese e na teoria e muito pouco na prática, não sendo excepção o que, no seu entender, se passava em Portugal onde havia «sobejos abusos dos que assignalamos» pelo que considera seu «dever expôr à nação para que os corrija».

Pormenoriza, depois, as ciências a que se aplicam os princípios fundamentais que vai desenvolver: «Medecina ou arte de prevenir e curar as doenças dos homens; da Veterinaria ou medicina dos animais; de todos os ramos da Physica, das Mathematicas applicadas, da chymica, e da História dos tres reinos da natureza» para logo acrescentar: «em quanto ás Sciencias referidas, a actual educação em Portugal he insufficiente, incompleta e ardua; que a poucos aproveita, e a esses, menos do que conviria»³⁷.

De entre os defeitos da nossa Universidade, aponta sucessivamente a sua concentração num único ponto do país, o que, dadas as dificuldades de comunicações, impede muitos estudantes de a ela concorrerem; a duração excessiva dos cursos e pouco tempo consagrado a cada ciência: meios limitados e incompletos para aprender, o que justifica que alguns estudantes recorram ao estrangeiro, onde, com menos dificuldade e maior proveito, podem obter a sua graduação.

Pormenoriza depois a situação do ensino universitário em várias disciplinas e também a do ensino de cirurgia em Lisboa, insistindo na crítica ao ensino teórico, para concluir que «salvo em Mathematica, muito mais palavras que cousas de lá trazem a mente recheada os Doutores que mais se distinguirão»,³⁸ muito embora reconheça o talento e o zelo de muitos Lentes.

Solano Constâncio considera também os defeitos que encontrou no sistema educativo de outras nações, como a Inglaterra, a França e a Alemanha, onde os professores «ocupão-se muito mais de si que dos seus discipulos e todas as vezes que alguma circunstância particular, ou talento e meios extraordinarios não auxilião hum alumno, he raro que elle saia da classe vulgar»³⁹.

³⁶ Ibidem, p. 5.

³⁷ Ibidem, pp.8-9.

³⁸ Ibidem, p. 12.

³⁹ Ibidem, p. 15.

Enuncia, depois, as condições essenciais para o ensino das Ciências naturais e das Artes, do modo que aqui resumimos: o ensino deve preparar para a vida pelo que não deve descurar a parte prática sobrepondo-lhe um excesso de teoria.

Com efeito ... e só para confirmar a síntese — são de Solano Constâncio os seguintes períodos:

- a) «Dirigir o ensino principalmente ao objecto que deve formar a occupação practica do individuo que se consagra ao exercicio de huma arte ou profissão, desembaraçando o estudo d'ella de tudo quanto não he indispensavelmente necessario para conseguir este fim». (...)
- b) Separar o menos que for possível a practica da theoria». (...)
- c) ... «cada hum dos que pretendem exercer huma arte, a tenha practicado debaixo dos olhos dos mestres» (...)
- d) «Estabelecer hum systema mais completo e prolongado de estudos, para aquelles que desejarem vir a ser mestres, e acostamá-los a ensinar, antes de serem elevados ao grao de professores» ⁴⁰.

Descendo depois, do geral ao particular, S. Constâncio debita a sua opinião acerca do que deveria ser o ensino das Ciências em Portugal e fá-lo nestes termos:

- 1.º «Melhorar o systema actual de ensino na Universidade, abreviando em cada Faculdade os preparatórios menos uteis, e ampliando o ensino dos ramos mais necessários». (...)
- 2.º «Multiplicar as escholas do reino, organisando cada huma d'ellas de maneira, que nella possa o estudante terminar os seus estudos e habilitar-se para exercer a profissão a que se destina».

⁴⁰ Ibidem, pp. 16-18.

3.º Além dos alunos «ordinários», deveria «ser admittido a frequentar as aulas qualquer que o deseje». (...) ⁴¹.

Admite, depois, se estas ideias encontrarem eco nos portugueses, isto é, nos governantes, nos professores e na Sociedade em geral, vir «a propor hum plano de educação para o ensino da Medecina, da Cirurgia, de Pharmacia, e das Sciencias naturaes», ⁴² limitando-se, no no escrito em análise, a mais algumas considerações de carácter geral,

Assim, advoga que «Além da Universidade de Coimbra, he indispensavel estabelecer em Lisboa e no Porto escolhas para o ensino completo de todos os ramos da Medecina, da Pharmacia, Chymica, Botanica, Agricultura, e da Physica, e logo que houver professores habeis, de todos os ramos da Historia natural». (...) ⁴³.

Previne, no entanto, que «não pretendemos que de repente se erijão duas novas Universidades de grande aparato e despeza. A nossa ideia he que se comece pelo mais necessario, e que se ampliem escolhas de que já existem elementos, tornando-as mais proveitosas ao ensino publico ⁴⁴.

Cita, a propósito, no Porto, as escolas de Matemática e de Agricultura e, em Lisboa, as escolas de Cirurgia, Matemática, Marinha e Astronomia, o Jardim Botânico e os Gabinetes de História natural e de Mineralogia.

Quase a terminar o seu artigo, S. Constâncio sugere o envio de Bolseiros para França, Inglaterra, Itália e Alemanha, «que depois de bem versados nas sciencias e artes a que cada hum se destina, venhão ensiná-las a patria e formar discipulos que os possuão substituir sem carecerem de ir aprender a paizes estrangeiros» ⁴⁵.

Também no Discurso Preliminar (*Annaes*, T. I., pp 1-37) Solano Constâncio critica, ainda que de forma indirecta, a Universidade, tal como, ao longo do século XIX, outros fizeram, entre eles, por exemplo, Herculano e D. Pedro V, mas não é aqui o lugar para julgarmos da sua pertinência.

⁴¹ Ibidem, pp. 18-20.

⁴² Ibidem, p. 20.

⁴³ Ibidem, p. 21.

⁴⁴ Ibidem, pp. 22-23.

⁴⁵

Concluimos, assim, uma breve análise de alguns artigos sobre a problemática educativa insertos nos *Annaes*.

Chamámo-los a terreiro, sobretudo porque pensamos que eles pre-nunciam, na primeira vintena do século XIX, certas linhas de força cuja projecção ainda hoje nos afecta e preocupa: a generalização da educação básica, o direito de todos à educação, a valorização do ensino como forma de participação, a educação como factor de progresso, etc.

Sem serem originaes, porque entroncam nas ideias divulgadas pelo Iluminismo e pela Revolução e nas práticas assumidas por diferentes países — França, Prússia, Inglaterra, Suíça, etc. —, não deixam de ser sugestivas e inspiradoras para a política educativa portuguesa da época e um elemento importante para a sua compreensão.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ALBUQUERQUE, Luís — *Notas para a história do ensino em Portugal*, 1º. vol., Coimbra, 1960.
- ANNAES DAS SCIENCIAS, DAS ARTES E DAS LETRAS; Por huma Sociedade de portuguzes residentes em Paris, 16 vols., Paris, 1818-1822.
- ANTOLOGIA DE TEXTOS PEDAGÓGICOS Do século XIX PORTUGUÊS. Prefácio, selecção e notas de Alberto FERREIRA, 3 vols., Lisboa, 1971-3-5.
- AZEVEDO, Rafael Avila de — *A influência das ideias pedagógicas de Rousseau em Portugal*, in *Cale*, Revista da Faculdade de Letras do Porto, vol. I, 1968.
- *Tradição educativa e renovação pedagógica. Subsídios para a história da Pedagogia em em Portugal*, séc. XIX., Porto, 1972.
- CRUZ, ANTÓNIO — *Introdução ao estudo da «Regeneração»*, Separata da colecção «Amphitheatrum», n.º XVI, Porto, 1970.
- DUROSELLE, J.B. — *L'Europe de 1815 à nos jours*, Nouvelle Clio, P.U.F., Paris, 1970.
- FERNANDES, Rogério — *Opensamento pedagógico em Portugal*, Lisboa, 1978.
- GOMES, Joaquim Ferreira — *Estudos para a história da educação no século XIX*, Coimbra, 1980.
A educação infantil em Portugal, Coimbra, 1977.
- HISTOIRE MONDIALE DE L'EDUCATION, publiée sous la direction de Gaston MIALARET et Jean VIAL, 4 vols., P.U.F., Paris, 1981.
- INSTITUTO (O), JORNAL CIENTIFICO E LITERÁRIO, Coimbra (vários anos).
- LEFEBVRE, H. — *O fim da história*, Lisboa, 1971.
- PIRES, António Machado — *O século XIX em Portugal-Cronologia e Quadro de Gerações*, Lisboa, 1975.
- RAMOS, Feliciano — *História e Crítica*. Estudos de literatura, Braga, 1962.
- REMOND, René — *Introduction à l'histoire de notre temps*, 3 vols., Sueil, Paris, 1974.
- RIBEIRO, José Silvestre — *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterários e Artísticos de Portugal nos successivos reinados da monharquia*, Tomo XII, Lisboa, 1884.
- SERRÃO, Joel — *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4.ª edição, Lisboa, 1980.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de — *Solano Constâncio, Portugal e o Mundo nos primeiros decénicos do séc. XIX*, Lisboa, 1979.
- VALENTE, Vasco Pulido — *Uma educação burguesa*, Lisboa, 1974.

